



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 1 de 24

ATA Nº 4/2023

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais: ----

- Joaquim José Pereira Ruivo-----
- Alfredo Monteiro de Matos -----
- Hugo Frederico Pedro Vicente -----
- Germano Santos Pragosa -----
- José Moreira Filipe -----
- Nuno Miguel Silva Santos -----
- Octávio Carvalho Vilaça -----
- Vítor Manuel Monteiro Correia -----
- Telmo Alexandre Henriques Ferreira -----
- Fernando Miguel Rodrigues Marques -----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira -----
- Francisco Manuel dos Santos Coutinho -----
- Carlos Alberto Monteiro dos Santos -----
- Válder Mendes Cardoso -----
- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga -----
- Arlindo Oliveira Silva Marques -----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha);-----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede); -----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira).-----

**

- O senhor deputado municipal Armando Pedro Pinheiro Rosa solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pelo senhor António Carlos Costa Jordão;-----
- A senhora deputada municipal Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pela senhora Maria João Marques Guerra Rosa; -----
- A senhora deputada municipal Elsa Maria Martins Libânio solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pela senhora Cristiana Sofia Faustina Moreira;-----
- A senhora deputada municipal Elodie Carreira Zeferino solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pelo senhor Frederico Manuel dos Santos Alfaro;-----
- O senhor deputado municipal Ricardo António Matias Vala solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituído pela senhora Dália Sofia Sousa da Silva;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 24

- O senhor António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal) solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituído pelo senhor Paulo Sérgio Pereira Pires.-----

----- ** -----

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal: -----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal;-----
- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----
- Mónica Aguiar Louro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----
- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora;-----
- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

----- ** -----

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por: -----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----
- **1º Secretário:** Lina Isabel dos Santos Oliveira (assumindo as funções de secretária, em substituição da Sra. Elsa Maria Martins Libânio);-----
- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa.-----

----- ** -----

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

----- ** -----

-----**ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO**-----

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a sessão declarada aberta eram vinte horas e trinta minutos.-----

----- ** -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Passou-se, de seguida, à análise do ponto abaixo designado, constante da Ordem de Trabalho:-----

-----**Ponto 1 (único)**-----

Apreciar e deliberar sobre a 2ª Alteração à 1ª revisão do PDM da Batalha –Ponderação do Período de Discussão Pública e Versão Final da Proposta de Plano, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT, em articulação com o preceituado na al. h) do nº 1 do art.º 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação-----

Processo nº 22/2019/3-----

----- Presente a informação emitida em 06/07/2023 pelos serviços técnicos da DOT, que se transcreve: - -----

----- «A Câmara Municipal da Batalha deliberou dar início à alteração do Plano Diretor Municipal através da deliberação nr.2019/0257/DOT, de 8 de julho de 2019 determinando o prazo de -----





30 dias para o período de participação pública, nos termos do previsto nos artigos 76.º, n.º 1 e 88.º, n.º 2 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); -----

----- O procedimento foi reiniciado aos 31/1/2022 conforme deliberação nr. 2002/0078/DOT e publicado no aviso n.º 3308/2022, na 2.ª Série do Diário da República aos 17 de fevereiro de 2022; -----

----- Aos 28/2/2022 a Câmara Municipal deliberou sujeitar a 2.ª alteração à 1.ª Revisão do PDM da Batalha à avaliação ambiental estratégica nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação e do n.º 2.º do artigo 120.º do (RJIGT); -----

----- Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 119.º do RJIGT a Câmara Municipal solicitou o acompanhamento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC); -----

----- A Câmara Municipal, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), apresentou a proposta para emissão de parecer no âmbito da Conferência Procedimental nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 86.º, por remissão do n.º 2 do artigo 119.º do RJIGT. A 1.ª Conferência Procedimental foi realizada a 12/4/2022 e a 2.ª Conferência Procedimental a 21/12/2022; ---

----- Após o parecer das entidades, a Câmara Municipal promoveu nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do RJIGT a realização de duas reuniões de concertação, as quais ocorreram a 15 de março de 2023 com a CCDRC e a 17 de março de 2023 com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC); -----

----- A Câmara Municipal procedeu à reformulação da proposta de alteração do plano de acordo com as posições das entidades, que integra o processo disponibilizado no período da Discussão Pública; -----

----- Através da deliberação n.º 2023/0173/DOT-STPSIG a Câmara Municipal, em 17/4/2023, deliberou por maioria, com três votos a favor e três abstenções aprovar a abertura do período de discussão pública, de acordo com o disposto nos números 1 e 2 do artigo 89.º do RJIGT, com duração de 30 dias úteis, contados a partir do 5.º dia útil a seguir à publicação do respetivo aviso no Diário da República. O aviso n.º 8781/2023, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 85, de 3 de maio de 2023, veio dar início ao período de Discussão Pública, que decorreu entre os dias 10 de maio e 21 de junho, durante o qual os interessados puderam formular sugestões, apresentar reclamações ou informações sobre quaisquer questões consideradas no âmbito da alteração do plano. -----

----- Findo o período de discussão pública, foi efetuada a ponderação das participações dos interessados e elaborado o relatório de ponderação da fase de discussão pública e a versão final da proposta da 2.ª alteração à 1.ª revisão do PDM da Batalha.» -----

----- Ante o exposto submetem os Serviços a apreciação do executivo municipal: -----

a) A aprovação do relatório de ponderação das participações recebidas no período de discussão pública em anexo, e divulgar os resultados, designadamente através da comunicação social, da



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 24

plataforma colaborativa de gestão territorial e da página da internet do Município, conforme o estipulado no n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----

b) Realizar, por escrito, a comunicação aos interessados da resposta às reclamações, observações, sugestões e pedido de esclarecimento apresentados pelos particulares no âmbito do período de discussão pública e nos termos do previsto no artigo 89.º do RJIGT;-----

c) Acolher a proposta constante da informação dos serviços técnicos referentes à versão final da proposta da 2.ª alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, que se anexa, e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT, solicitando que a respetiva deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos nos termos números 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.» -----

----- Tendo por base os fundamentos constantes da Deliberação nº 2023/0314/D.O.T. – STPSIG, tomada na reunião de Câmara Municipal de 12/07/2023, a pedido do senhor Presidente da Assembleia para usar da palavra, o senhor Presidente da Câmara solicitou ao Dr. Pedro Silva, representante da equipa projetista “O Lugar do Plano, Lda.”, a quem foi adjudicada a elaboração da 2ª alteração à 1ª Revisão do PDM da Batalha, para prestar os devidos esclarecimentos relacionados com a temática, tendo desenvolvido os seguintes tópicos: -----

1. Esclarecimento da diferença entre o procedimento de alteração que decorre de uma adaptação aos novos critérios de classificação e qualificação do solo e de um procedimento de revisão que torna possível a reconsideração e a reapreciação global; -----

2. Foram indicados os prazos legais previstos para a conclusão do procedimento de alteração do PDM estabelecidos no artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;-----

3. Foram abordados os normativos legais da política pública de solos, de ordenamento do território e do urbanismo; -----

4. Foi explanada a estratégia do plano na concretização de áreas destinadas a espaços habitacionais e espaços de atividades económicas; -----

5. Na presente alteração foi indicada a interdição de novas explorações de recursos geológicos (massas minerais); -----

6. Foram explanadas as principais alterações introduzidas na planta de ordenamento por freguesia, nomeadamente no que se refere às alterações nas categorias de espaços habitacionais, espaços de atividades económicas e aglomerados rurais; -----

7. De seguida foi explicado como decorreu a fase de discussão pública, designadamente no que se refere à disponibilização da informação, número e distribuição geográfica das participações e motivo das participações; -----

8. Na ponderação das participações efetuadas, na fase de discussão pública, foram definidos critérios para o enquadramento dos pedidos de reclassificação e requalificação do solo, nomeadamente: a confrontação com caminhos e infraestruturas públicas; a contiguidade imediata com área de mesma categoria; a metodologia adotada na alteração para a frente construtiva; a existência de edificações.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 5 de 24

Seguidamente foram identificadas as principais alterações regulamentares introduzidas no âmbito do processo de alteração do PDM; -----

Por último foram tecidas as principais conclusões desta alteração na qual foi possível promover a Reclassificação de solo para espaços habitacionais; Reclassificação de solo para espaços de atividades económicas; introduzir uma nova categoria de solo urbano – espaços urbanos de baixa densidade. No solo rústico destacam-se a Reclassificação de solo para aglomerados rurais e a adequação dos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos. Contudo e face à impossibilidade de reclassificar áreas habitacionais com REN ainda se mantêm muitas áreas que devem ser objeto de procedimento de Revisão do PDM. Em relação à REN informa-se que foram iniciados os trabalhos de adaptação às novas orientações estratégicas nacionais. -----

Seguiu-se o período de intervenção dos Srs. Deputados, após a respetiva inscrição. -----

Usou da palavra o senhor deputado **Vítor Correia**, que após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a apresentação do Dr. Pedro Silva, tendo observado que apesar de interessante, «as palavras que reteve foi que “*não se pode*”, “*é tudo muito restrito*”. Disse: *A Batalha já devia ter espaço para viver, é só restrições, REN, CREN , um conjunto de limitações, mas eu vou usar as palavras do Movimento Independente sobre opinião da situação do PDM de 2023, faço das vossas palavras, integralmente as minhas: a 7 de agosto de 2021 a candidata do Movimento Independente Ana Rita Caseiro, disse o seguinte acerca do PDM de 2019: “a alteração do PDM aprovado à pressa e sem critério, resultou em prejuízos para as famílias do Concelho da Batalha, temos que reverter esse erro colossal e devolver o Concelho aos Batalhenses”, a 21 de julho de 2023, hoje, acerca do PDM de agora, eu digo o seguinte: a alteração do PDM, aprovado à pressa e sem critério resultou em inúmeros prejuízos para as famílias do Concelho da Batalha e temos que reverter este erro colossal e devolver o Concelho aos Batalhenses. A 11 de setembro de 2021, o senhor Presidente Raul de Castro disse no seu período de debate de campanha eleitoral, acerca do PDM de 2019, o seguinte: “Temos que reverter de imediato a situação do PDM, pois o atual tem prejudicado de forma volumosa o concelho e os seus munícipes; basta citar que este PDM produziu cortes de 50% da área de construção em relação ao anterior e uma das causas passa pela impossibilidade de construir como antes se podia fazer. “A 21 de julho de 2023 acerca deste PDM que agora vamos submeter para aprovação faço das suas palavras as minhas: Temos que rever de imediato a situação do PDM, pois o atual vai prejudicar de forma volumosa o concelho e os seus munícipes, basta citar que este PDM continua a produzir cortes de 50% na área de construção em relação ao anterior e uma das causas do resultado que temos é as pessoas não se conseguirem fixar no Concelho e passa por esta impossibilidade de construir como antes se podia fazê-lo. Para quem gostaria de compreender melhor a minha intervenção os cortes de 50% da área de construção de 2019 mantem-se quase iguais ao deste PDM, eu gostava de lhe dar os parabéns, mas não há nada para parabenizar porque está tudo exatamente igual. Podem dizer que houve ali umas melhorias nas áreas urbanas, mas na maioria são na freguesia da Batalha e a Batalha não é só Vila, há mais Concelho!”*». -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 24

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Nuno Santos**, o qual, após cumprimentar todos os presentes, disse: *No dia 16 de setembro de 2021 é publicado na página do Facebook do Movimento, Batalha é de Todos, um novo “post” que dizia: alterar o Plano Diretor Municipal de modo a permitir a fixação de famílias e de empresas no território, revertendo parte da perda de 60% do espaço urbanizável face à última revisão, no dia 17 de setembro. Eu vou ao vosso Facebook e coloco três questões: em que freguesias que isso iria acontecer? e que percentagens por freguesia? que provas reais têm para poderem fazer tal promessa? pois são necessários pareceres da CCDR, REN, RAN e CNF. A resposta por parte de alguém do Batalha é de Todos, foi bacoca e vazia, fazendo já desconfiar do pior, pois o que tinham era uma mão cheia de nada. Será que autarcas com mais de 29 anos de experiência a liderar municípios não sabiam que o PDM é regulado pela CCDR com pareceres da REN, RAN e CNF? Querem que acreditemos nisso? Pois não acreditamos! Claro que sabiam o que era necessário e mesmo assim andaram de porta em porta a prometer uma grande revolução urbanística e que as pessoas iriam ficar com os problemas resolvidos e que finalmente os filhos poderiam construir a casa ao lado dos pais. Pelas palavras do Sr. Pedro, vai ficar de lado, porque os aglomerados dos grandes centros é o fim, frase repetida vezes sem conta pelo senhor Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo vosso Mandatário: o que agora verificamos é que só três ou quatro pessoas e algumas empresas ficaram com os seus problemas resolvidos, mas para a grande maioria das pessoas o problema persiste. Principalmente nas freguesias de São Mamede e Reguengo do Fetal, em São Mamede, os filhos não vão poder fazer a casa ao lado da dos pais, nem mesmo na estrada principal que atravessa a freguesia de um extremo ao outro, portanto do Casal do Meio ao Vale Barreiras, onde há luz, água e em alguns locais esgotos e fibra. Deste modo, continua a haver uma fragmentação do território; até a mancha da zona industrial de Vale de Ourém foi reduzida para descontentamento de vários investidores que anseiam por essa zona industrial, mas o Executivo teima em não avançar. É certo que a recuperação de 25% de área urbana é melhor que nada, mas é bom de referir que esses 25% mais de metade dessa área fica na Vila da Batalha e UOPG's de dois ou três da Batalha, a título de exemplo a zona da Amieira, restando nem 10% para as restantes freguesias do concelho da Batalha. Das 309 participações recebidas pelo Município no período da discussão pública, dessas resultaram em um acréscimo de 0,2% do solo urbano, ficando a maior parte das participações com parecer desfavorável. Mais uma vez foram desfraldadas as expectativas dos Batalhenses! Afinal a Batalha é de todos? Ou é só de meia dúzia? Concluo com ditados populares, a mentira tem perna curta, a verdade vem sempre ao de cima, tudo o que se proclama ou vende de porta a porta vale menos que metade, pois nem metade do prometido porta a porta conseguiram cumprir. Mais trabalho e menos conversa!»* ---

De seguida, usou da palavra o senhor deputado **Eduardo Veiga**, dirigindo cumprimentos a todos os presentes, referiu que: «uma parte importante da melhoria económica e social de qualquer Município advém com o aumento das áreas industriais e comerciais, mas esse aumento terá que ser acompanhado por incentivos para fixar empresas e negócios no concelho, terá de haver uma relação direta entre esse aumento de áreas industriais e o aumento das áreas comerciais e esses aumentos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 7 de 24

terão de ser acompanhados com mais e melhores infraestruturas complementares de apoio, tais como: melhoria das redes viárias, reforço da vertente educacional, nomeadamente número de vagas e da rede de transportes escolares, também com o objetivo de aumentar a população jovem do concelho, é fundamental criar capacidade de resposta às necessidades das famílias com crianças em idade pré-escolar. Apesar de algum esforço, demonstrado na resolução de questões fundamentais ao governo do município, este PDM fica aquém do desejado para os munícipes e prometido pelo Movimento Independente, ainda é necessário no futuro uma ferramenta mais dinâmica, usando uma expressão que foi muito utilizada nas sessões de esclarecimento com o senhor Presidente da Câmara, "basta afinar". Contamos e esperamos que essas afinações se traduzam em melhorias para a população e, movidos por essa esperança, o Chega não irá de facto contra essa proposta, não obstante ao já exposto, gostaria de ver esclarecidas algumas questões: Centro de Saúde, a Extensão da Golpilheira, continua alocado como infraestrutura de saúde, mesmo estando fechado há vários anos, há algum projeto para lá? 700.000€ para a estratégia local de habitação, qual o plano e destino desses fundos? 305,5 mil euros para intervenção de infraestruturas do Parque de Eventos Santa Maria da Vitória, que intervenções estão previstas? Sobre o parecer da DGEG relativamente ao artigo 104-A, a DGEG discorda do teor do artigo por considerar ter sido feita pesquisa selada da licença de exploração Casal do Gaio foram validamente emitidas pela própria entidade, qual o significado desta discordância e qual o efeito prático da mesma? Por último, Sr. Presidente qual a data prevista para aplicação da proposta final deste PDM?» -----

Usou da palavra o senhor deputado **Francisco Coutinho**, dirigindo os habituais cumprimentos a todos os presentes, começou por congratular todo o esforço que o Dr. Pedro Silva demonstrou aquando da explanação do PDM, da revisão do PDM da Batalha, porque, disse: *«realmente foi um esforço, mas foi inglório! O Plano Diretor Municipal da Batalha, foi após elaboração do respetivo plano de ordenamento do território que, na sua génese aprovou o PDM da Batalha, na respetiva Assembleia Municipal da Batalha, em 8 de novembro de 1994 e em 26 de junho de 1995, o seu Plano Diretor Municipal. Vão decorridos 18 anos e como tal impunha-se a revisão completa daquele instrumento de planeamento, porém e "à contrário" vem agora o Município da Batalha, apresentar a 2ª alteração à 1ª revisão do PDM da Batalha, o que nos leva a questionar o porquê e porque não uma revisão global abrangente e com o máximo de participação de forças vivas. Bastaria esta prerrogativa para que o CDS votasse contra ao agora apresentado, quanto mais o que se imponha os restantes horizontes temporais. O CDS acredita que o Município se tenha empenhado para fazer o melhor, sobretudo para a maioria que governa o concelho, tendo procurado acolher e agradar às diversos questões dos munícipes, porém, após a discussão da campanha eleitoral referente ao PDM, como já foi dito, entendia-se que era uma vergonha, assim como, a questão ambiental sobre as Pedreiras do Reguengo entre outras, afirmando que com eles as coisas iriam ser diferentes e a situação do solo iria ser mudada de forma a que os munícipes que até agora não podiam construir nos terrenos dos seus pais e a fuga dos jovens do Município iria ter fim, iriam ocupar espaços e buracos, a montanha pariu um rato! Tendo presente dados disponíveis, a Câmara acabou por concluir 60% de solo urbano, está*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 8 de 24

perdido, ou seja, a promessa eleitoral dos jovens poderem construir nos terrenos dos seus pais caiu por terra, para o CDS, o Plano não é um fim, é um meio para alcançar objetivos estratégicos territoriais, societários identificando-se o que é decisivo, mas considerando que as modalidades de execução devem ser escolhidas caso a caso através de uma ponderação do mais adequado ao caso concreto e na globalidade, não é o que é escrito no que se agora apresenta. O que defendemos é sobretudo um plano que atinja objetivos, como unidade de execução, ou seja de iniciativa pública de acordo entre os particulares. Não se vislumbra com o presente estudo qualquer indicador que permita ponderar outros fatores, tais como, o perímetro do sistema urbano, sem preconceitos, houve fanatismo, o Município com a maioria que governa, deve repensar o seu território como um todo na revisão do PDM à luz do novo regime jurídico de instrumento de gestão territorial, denote-se para o efeito do estabelecido no artigo 145º do citado diploma, na sua atual redação, mais propriamente da Lei nº 25/2021 de 29 de março, onde de entre outros nas áreas a abranger pelas novas regras urbanísticas constantes dos Planos Diretores Municipais ou Planos Municipais ou da sua revisão, os procedimentos de informação prévia ou comunicação prévia de licenciamentos ficam a partir desta data para o início de discussão pública, até à data de entrada em vigor do plano preliminar. O CDS não pode compactuar com o estudo elaborado, porque ao que nos é dado observar, a ocupação refere-se a núcleos urbanos difusos, defendemos que um exercício de planeamento que se deseje prospetivo e a longo prazo tem que ser considerados nas relações entre ecologia, economia, associadas ao capital natural e aos serviços dos ecossistema, para um conceito verde este deverá implicar a função linear da sustentabilidade do solo, em vez de linhas restritivas para o mesmo, como parece ser apanágio do presente estudo. Sem querer ser fastidioso, sempre se dirá que não existe qualquer referência neste Plano, ou melhor, nesta revisão, no que concerne à inexistência de um sistema de solo urbano adequado, ao desenvolvimento económico e social de requalificação urbanística, à viabilidade económica e financeira, assegurando a sua execução efetiva, à requalificação da rede viária dos encargos urbanísticos exigindo-se cálculo e estabelecer afetação. Finalmente, sempre se dirá sobre o artigo 104-A do Regulamento do PDM "Direitos de Expetativas" o texto infere de inconstitucionalidade uma vez que não respeita os mais elementares direitos de cidadania, ou seja, os direitos, liberdades e garantias, pelo que propomos em alternativa o seguinte texto: "Para efeitos do presente regulamento, as informações prévias favoráveis, das aprovações dos projetos de arquitetura ou outros compromissos juridicamente vinculativos para o Município constitui direitos com expetativas igualmente protegidas durante o período de vigência do presente plano" é um texto que pode dar uma certa abrangência e pode evitar eventualmente alguns compromissos futuros para a Câmara. Por último, sempre se dirá que para além da discordância do aterro das plantas de condicionamentos para as pedreiras e outras, tendo por base questionar quem são os atuais proprietários promotores daquelas, assim como quem serão os beneficiários da zona da Amieira e outras. Em conclusão, estamos na presença de um estudo que é uma manta de retalhos, sem nexos, com inúmeras fragilidades, baseando-se num estudo que tem um horizonte temporal indefinido e sem ter em consideração o respeito por sugestões que o CDS tem vindo a sugerir ao

Executivo ao longo dos tempos, nomeadamente, o plano é inconsistente e face ao ordenamento do concelho, não existe uma caracterização socioeconómica quanto basta; não existe uma perspetiva demográfica do Concelho; não existe uma reflexão convincente sobre as características geológicas, geotécnicas dos recursos hídricos subterrâneos e minerais; não está efetivamente concretizada a elaboração geral urbanística do concelho; não existe uma análise social; não existe uma análise demográfica; nada se diz sobre a caracterização urbana e arquivos aglomerados; nada se desenha nas relações intermunicipais; sobre as infraestruturas básicas é apenas constante uma ligeira nomenclatura de eventos; nada se diz sobre o plano nacional de água e sobre a rede natural passará ao largo. O que pretendemos com uma revisão progressista de longo prazo, sem condicionamentos, com total transparência e beneficiando todos, sem olhar a ninguém. Propomos ainda, que tenham em consideração para se evitar abandonos ou desprezo, o seguinte: a elaboração sistémica de um plano habitacional social para o concelho, abrangendo jovens e apoiando a exclusão social; que se mantenha presente o retorno de inúmeros emigrantes e a presença de outros tantos emigrantes oriundos dos mais diversos países e já com presença no concelho; que se tenha em consideração o aproveitamento das serras da Barrosinha e Andorinha; que se estabeleça um protocolo com o Mosteiro da Batalha, por forma a integrar este no desenvolvimento urbano e cultural da região; que se pense uma zona desportiva para o Concelho que contemple Estágio, Habitação e Residenciais para os atletas; apoio à Saúde, etc.; que se reveja uma localização para o quartel dos Bombeiros da Batalha, hoje como no antecedente uma zona abnegada; que se inverta o trânsito na frente do Mosteiro, retirando da atual IC1 e que as alternativas sejam alvo de se evitarem portagens; que seja ponderada a construção de um parque de campismo e que se retome a ideia de construção de um hipódromo; que se leve em conta a construção de uma Pousada para a Juventude, eventualmente no Reguengo, aproveitando a antiga escola que está desocupada; que se pense num terminal rodoviário face às exigências do concelho com inúmeros aglomerados; que se pense uma dinâmica global e sistémica de todo o concelho; que os afastamentos ao modelo da intermunicipalidade sejam levados em consideração; que sejam vistos os constrangimentos atuais face as alterações das estruturas das sociedades; que seja a aposta feita na digitalização e novas tecnologias; que se reveja o problema da segurança interna, através de um policiamento de proximidade e não de um policiamento de execução física; que se tenha em consideração a agricultura e a indústria, a agricultura na sua característica própria do concelho e a indústria com indústrias de ponta que devem concorrer com as indústrias à nossa volta, não nos interessa do nosso ponto de vista qualquer tipo de indústria, interessa-nos indústria de ponta, não poluidoras, que criem postos de trabalho e desenvolvam o concelho; que se reveja a situação do ensino superior, nomeadamente nas escolas bilaterais de cantaria para além de outros; na saúde e o futuro estado social concelhio, sejam recordados sobretudo também para os idosos; que exista uma coesão do território, nomeadamente na agricultura, florestas e transformação da paisagem; que não se tenha perdido a cultura dos serviços, turismo e comércio. Congratulamos também, com a expressão evidente do senhor Dr. Pedro Silva, que nos apresentou o plano, quando põem em causa, penso eu e assim o interpretei, no que se refere



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 24

às UOPG's, "acho que isto é uma maledicência para o desenvolvimento dos concelhos", vou mais longe, acho que se deveria integrar o mesmo, através de planos de pormenor ou plano de urbanização como citou, libertando melhor as situações, facilitando com base nas novas normas. Assim e face ao exposto, resumidamente, não poderíamos estar de acordo com a proposta da maioria que foi eleita para governar o concelho, sem aparentemente apresentar uma perspetiva de desenvolvimento, porque não suportada em partidos políticos, mas sim ao sabor opinativo de alguns a seu tempo, efetivamente e casuisticamente, razão pela qual somos levados a concluir pelo voto contra.»-----

Seguidamente, usou da palavra o senhor deputado **Alfredo de Matos** para cumprimentar todos os presentes, começando por agradecer os intervenientes no trabalho deste processo para conseguirem concretizar esta 2ª alteração à 1ª revisão do PDM da Batalha, tendo referido: «sei que não é fácil fazer uma alteração ao PDM, temos que ter consciência disso, penso é que esta foi feita um bocadinho à pressa e sem haver um planeamento por parte da autarquia de forma a ter diretivas certas, sabendo aquilo que querem e para onde querem, penso que esta alteração é feita mais a pedido e atendendo a opiniões de "A" ou "B", havíamos de esticar para aqui, havíamos de esticar para acolá e foi-se criando uma manta de retalhos que não tem uma base de planeamento, não se vê ali uma diretiva. É verdade que a Batalha tem que crescer, o perímetro urbano da Batalha tem que crescer e algumas das soluções encontradas eu estou de acordo com elas e acho que perdem por tardias, já há muito tempo que alguns destes espaços que passaram agora a urbanos, o deveriam ser. Há outras situações que realmente podem ser boas para os proprietários, boas para os donos, mas utilidade para a comunidade, para o Município em si, é bastante duvidosa, para não dizer outra coisa. Considero bastante duvidosa e penso que só por alguma pressão e alguma vontade mesmo das pessoas em valorizarem os seus terrenos, porque o que temos falado é da falta de habitação na Batalha. Penso que poucas destas UOPG's ou destas situações novas que permitirão o aumento de construção, muito poucas delas vão ajudar a resolver o problema de falta de habitação, elas vão servir sim para valorizar o terreno dos proprietários, agora parte deles, eu não acredito que eles estejam dispostos a investir lá, para transformar aquilo em lotes, para poderem vender às pessoas, para que se faça mais habitação e para que se fixem mais pessoas na Batalha. Ponho sérias dúvidas e penso que isso não foi tido em conta. Para além de que, realmente, dou os parabéns à Câmara porque conseguiu coisas que eu pensei que eram impossíveis. A Câmara conseguiu aprovar alguns espaços de UOPG, que passam a ser espaços urbanos em zonas que antigamente aquilo era Reserva Ecológica, estamos a falar de uma UOPG em que mais de 50% da área desse terreno, que é um terreno de um só proprietário, mais de 30% tem mais 25% que antigamente era reserva ecológica. A Câmara com certeza com muito esforço conseguiu ultrapassar isso e aquilo hoje é espaço urbano. Agora eu penso é que será um espaço urbano de utilização duvidosa, aquilo nunca terá lá casa nenhuma, mas tem essa vantagem em valorizar o terreno para os proprietários, o que também é bom, porque o nosso território fica mais valorizado. Essa penso que é a razão que nos pode levar a não votar contra esta alteração, porque realmente há um aumento de área urbana, enriquece o

nosso património, o nosso território. Embora eu, agradecendo o trabalho do Sr. Pedro Silva, há uma coisa que ponho sérias dúvidas: é que tenha aumentado o espaço urbano em 342 hectares, tenho sérias dúvidas. Percorri mais ou menos todo este estudo, toda esta alteração, eu não encontro lá essa área. Pode ser falha minha, não o fiz com os aparelhos apropriados, foi à base de olhos e da experiência que tenho nessa área, do que medição concreta; agora ponho sérias dúvidas que a área urbana tenha aumentado 342 hectares, que foi o número que ouvi o senhor Pedro Silva a parafrasear há bocadinho. Há algumas coisas, como disse, com as quais eu concordo, há outras que eu fiquei admirado com elas e não compreendo a razão de ser delas. Uma delas é a zona de proteção que se fez para o painel da PANAM, uma coisa que há dois dias estava completamente abandonada e ninguém queria saber daquilo e hoje aquilo tem uma área de proteção que é 10 vezes maior que a área de proteção do Mosteiro da Batalha; isto só pode ser para a estatística, para dizer que temos não sei que de hectares da área de proteção de monumentos ou de coisas que vamos classificar como monumentos, porque utilidade naquilo, não vejo nenhuma sinceramente, não entendo o porque daquela área de proteção para o painel da PANAM. Continuo a debater com o Município e não concordo com a política de expansão das zonas industriais. A política de expansão continua a ser errada, estamos a esticar os bocadinhos e não somos capazes de definir uma área para transformar em zona industrial que nos possa permitir captar indústrias. Nós estamos só a resolver o problema do "A" e do "B", o problema de um porque é proprietário do terreno e quer valorizá-lo, porque se for para industria vale mais dinheiro, o problema do outro é porque tem uma industria e quer expandi-la e o terreno já é pouco; estamos só a esticar a manta, não conseguimos como fazem os concelhos à nossa volta, como faz Alcobaça, como faz a Benedita, como faz Porto de Mós e como fazem outros, traçar uma determinada área, classificá-la como zona industrial de futuro e termos sim, um plano faseado para termos uma zona industrial feita por fases. Por exemplo, em São Mamede a área que está marcada para zona industrial é demasiado pequena e mal urbanizado, aquilo só está bem para quem não quer gastar um tostão em infraestruturas porque aproveita a estrada que já está feita; uma zona industrial é uma área para definir matrizes com infraestruturas próprias para isso, onde se pode ter uma estação de tratamento de esgotos, onde se pode ter uma estação de tratamento de resíduos, onde se pode fazer tudo o que uma zona industrial boa, precisará em termos de futuro. Agora, com o que se está a fazer, não resolve o problema. Aqui na Batalha é a mesma coisa: estamos a esticar um bocadinho para apanhar o terreno do "A", para apanhar o terreno do "B", para resolver o problema dele, mas não temos uma solução de futuro. Era isso que eu pensei que esta Câmara teria mais arrojo em fazer e que conseguiria fazer isso! conseguiu isto, é o que temos, não é suficiente para nós aprovarmos esta alteração, mas é suficiente para não votarmos contra. Esperamos que no futuro se consiga melhor, porque isto é muito pouco.» -----

Tomou a palavra o senhor deputado **Válter Cardoso**, que após cumprimentar todos os presentes, informou ter intenção de fazer uma proposta também em relação à zona de proteção da PANAM. Disse: Quero dizer ao sr. Deputado, que no dia 7 de julho de 2017 saiu uma notícia no Região de Leiria em que foi considerada através do anterior executivo uma zona de proteção de 50 m, portanto acho

que não é por aí. Referiu estar a debater-se a 2ª alteração ao PDM, e que se tratando de assuntos extremamente técnicos propôs a criação de uma Comissão, composta proporcionalmente pelos deputados, para se pudesse ter oportunidade de debater e ajudar neste sentido.-----

Terminadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** tendo este iniciado a mesma com um cumprimento dirigido a todos os presentes. Passou de seguida a responder ao senhor Deputado Vítor Correia: «Acho que o PSD tem um problema, em só querer esconder uma parte do problema em si e avançar com aquilo que se consegue ou não se consegue. Foram perdidos 60% em 2015, muita gente tinha terreno ao lado da casa para construir para o filho, isso foi perdido, e nós aquilo que dissemos “vamos tentar reverter aquilo que for possível” e alguns conseguiram-se reverter, outros não deixaram, por motivo de reserva ecológica. Quando se põe em causa que estas alterações permitem reverter cerca de 29% das áreas que estavam perdidas, basta fazer uma comparação de mérito desta proposta se compararmos com os concelhos aqui à volta, nossos vizinhos, quais foram as taxas que eles conseguiram de recuperação. E, por isso, quando se vem arguir o sentido de só conseguiram 29, 25 ou 32, já ouvi várias coisas, que até tinha sido 60, estão-se a esquecer de quem foram os responsáveis de terem perdido 60, toda a gente está-se a esquecer disso e, portanto, nós partimos de um atraso de 60 negativos e conseguimos recuperar 25%. Esperamos que no âmbito desta revisão, embora venha a haver alterações, nomeadamente com uma nova carta nacional de zonas de risco e inundações que vai limitar muito as margens de rios, vão impedir que haja construção porque vai ser tabelado pelas cheias mais elevadas nos últimos 100 anos e portanto as medidas são bastante largas, a verdade é que neste momento o que tentamos fazer foi entre outras coisas, reverter isso, para evitar que as pessoas continuassem a fugir por não ter casa e ir para os concelhos vizinhos, mas mais grave ainda, é que muita gente quer comprar casa na Batalha e não a consegue. Há-de haver umas três ou quatro e isso não serve para nada. Houve inclusivamente unidades que estavam para se instalar na Batalha e quando se aperceberam, uma vez que o problema no país é transversal, toda a gente está a ter o mesmo problema que é falta de recursos humanos, quando chegaram à conclusão que tinham que trazer recursos humanos, pôs-se o problema de onde os vamos alojar. Isto foi dito por um empresário, outro, noutra situação diz que, vai fazer um investimento para ver se surgem outras perspetivas de alojamento e por isso o que nós fizemos, foi tentar reverter esta situação. Não há casas nem para comprar, nem para arrendar na Batalha. O que estamos a assistir é uma massificação de poucas casas que estão arrendadas com trabalhadores que veem de outros países e que estão ali às dúzias dentro de um apartamento e isso não é bom por várias razões, mas o que origina isto é a falta de casas. Nós temos um concelho pacífico, não temos problemas de segurança e queremos manter este estatuto, por isso, uma das coisas que é essencial para o desenvolvimento do concelho é mais construção. O desenvolvimento só se faz com pessoas, para o desenvolvimento da economia é preciso mais postos de trabalho, é preciso dar apoio às empresas e é preciso ter habitação para os próprios trabalhadores, de outra maneira não vamos lá. Podemos crescer, não é a mesma coisa e, por isso,

diria que o tempo dará razão a quem a tiver. É sempre assim que isto funciona e vamos ver se efetivamente vamos ser realistas e se estamos no caminho certo.» -----

Em resposta ao senhor deputado Nuno Santos, informou: “o que fizemos foi alterar o PDM na reversão de terrenos que antigamente eram passíveis de construir e deixaram de o ser e portanto, a Batalha está parada, não se tem mexido, não se tem desenvolvido. Dou até o exemplo no que se refere à zona de São Mamede e aproveito também para responder ao senhor deputado Alfredo de Matos: o que aconteceu com a tal zona de São Mamede, a nossa intenção é que toda a área da Perulheira, da parte de trás da Fassa Bortolo, pudesse ser desafetada para fazermos um macro plano por fases e íamos fazendo lentamente à medida que as coisas fossem acontecendo. O que aconteceu na prática? Cortaram pura e simplesmente toda essa zona. Tentámos que a proposta que apresentámos fosse acolhida e isso não foi possível, disseram que não e, portanto, estamos assim. O Município, já aqui foi dito, é se calhar a entidade que menos consegue mandar no PDM. Todas as entidades que já foram aqui apuradas tem um poder de vínculo, portanto a posição deles vincula a elaboração do PDM, do Plano Diretor Municipal e, por isso, aquilo que nós gostaríamos que tivesse acontecido era a mudança em determinadas situações, em que não conseguimos ter justificação porque é que não se mantém essa capacidade de construção. Temos três ou quatro situações, uma delas nos Pinheiros, em que há um espaço com alguma dimensão, plano e sem linhas de água e à volta está cheio de casas; no meio, parece-nos a nós que há condições para construir e não se pode construir porque é Reserva Ecológica. Porque é que é que é Reserva Ecológica se não tem linhas de água, se não tem inclinação? Não há aqui esse tipo de argumentos que muitas vezes se utilizam, “não, não nós é que sabemos”, responderam, “isto é, Reserva Ecológica”. E tivemos três ou quatro casos nesta situação. Uma coisa é aquilo que nós desejaríamos, outra coisa é, aquilo que se consegue. Conseguimos chegar a metade daquilo que foi perdido, mal ou bem, vamos ver os resultados. Porque não estamos só a olhar para a construção das casas, é também para a ampliação da zona industrial da Jardoeira e, por outro caso, a de São Mamede. No caso da Jardoeira, e devolvendo a conversa ao deputado Alfredo de Matos, que entendia que podia ser estendido para a zona da Calvaria, chamamos assim, a verdade é que “esticámos” para aí um bocado e tentamos ir onde foi possível na zona norte. (...) Não estamos a olhar para louros, ou seja: o que for, é aquilo que deu, ponto final. Porque o que nós queremos é desenvolver. Se mais capacidade houvesse de ocupar o terreno, mais coisas se calhar haviam e eu não estou preocupado em reverter algumas destas pequenas áreas junto às casas, isso não vai resolver o problema global da zona macro da Batalha. Tem que haver construções de quantidade, é nisso que temos que apostar, não pode ser de outra maneira, não resolvemos o problema de outra maneira. -----

Em resposta ao senhor Deputado Eduardo Veiga, informou: “As ampliações da Jardoeira e de São Mamede vão ser uma realidade. Simplesmente isto não é carregar no botão e já está feito. Os problemas e obstáculos que nós temos para ultrapassar, para que efetivamente se concretizem, essas áreas de expansão ou ampliação de espaços para empresas são coisas que demoram muito tempo e portanto tem que nos dar o benefício da dúvida e o futuro é estar cá, para fazermos a avaliação final.

E temos que ver que a avaliação final é quando acabar o mandato. Toda a gente vai fazer esse exercício. Informou ainda que relativamente ao antigo Centro de Saúde da Golpilheira se está a aguardar a saída em setembro de um novo programa para apoio à instalação de Centros de Dia e a proposta que está em cima da mesa para se fazer, é efetivamente, para ali se construir um Centro de Dia, até porque há pessoas que estão a ir para outros lados, fora até do concelho, para passarem o dia e isso não faz sentido e haverá condições para realizar este investimento. Informou ainda, que no âmbito da Estratégia Local de Habitação, se irá realizar uma reunião terça-feira com o IRU que é a entidade que está a gerir os fundos relativos a esta estratégia. Disse: Sabemos por onde queremos ir. Há algumas dúvidas que se levantam a todos. Para fazer casas para arrendar, eu acho que o Município não está em condições de fazer casas para arrendar; os privados sim. O Município não. Já tivemos uma experiência há 30 anos com o chamado bairro social, acabou-se por vender aquelas casas, porque a Câmara não tem capacidade para ser senhorio. Os tempos mudaram, hoje não há carpinteiro, não há serralheiro, não há um conjunto de atividades nos serviços da Câmara para se poder proceder à manutenção das casas. É preciso um pedreiro para tapar um buraco, é preciso um canalizador para a manutenção, a Câmara não está capacitada para fazer esse trabalho hoje em dia. Portanto, estamos disponíveis para viabilizar alguma construção em terrenos que são do Município. Relativamente ao Parque de Eventos, informou que como é de serviço público, tem um conjunto de lacunas e dificilmente “conseguiremos adiar obras que têm que ser feitas e, ao pensar assim, estamos a pensar numa solução mais global para ter um Parque que possa conter um conjunto de atividades durante o ano todo, com cobertura que possa abrir e fechar, com iluminação suficiente”. Informou que “nós neste momento não sabemos, estamos pendentes de uma reunião com a Direção Geral de Património Cultural, para perceber se é possível que esta ideia possa ser desenvolvida, porque sem o parecer positivo da parte deles, não vale a pena estarmos a perder tempo. -----

Ao senhor deputado Francisco Coutinho, referiu: «o seu discurso parecia quase um programa eleitoral, com tantas propostas. Algumas dessas situações têm de ser resolvidas, mas voltamos ao mesmo: a pressa de se fazer esta alteração ao PDM, é bom que se conheça os contornos da Lei e uma destas situações tem a ver com uma figura que existia no PDM da Batalha e dos PDM's do país chamadas Zonas Urbanizáveis em que foi dado um prazo para as pessoas fazerem ocupação do edificado; depois passou para um prazo máximo de três anos, ao fim de três anos, isto passava se não se fizesse nada; portanto, uma das urgências desta proposta de alterações ao PDM tem a ver com isto. Se nada fosse feito nessas áreas passava tudo a terreno rústico e, portanto, destas situações conseguimos recuperar. Acresce que, tal como referido pelo Dr. Pedro Silva, havia uma norma que impunha que caso a primeira reunião de conferência procedimental não fosse feita até 31 de outubro de 2022, o Município ficava suspenso no seu direito de candidaturas a programas de financiamento. Mas também se a alteração da revisão do PDM não for aprovada até ao final do presente ano é suspenso o respetivo direito de candidatura a apoios conforme já referido. E também houve aqui necessidade de avançar. Eu espero que durante a próxima semana tenha essa boa notícia da sua publicação, para que efetivamente se possa considerar o diploma e se possa começar a dar corpo às

negociações que tem havido, no sentido de desenvolver um projeto de pormenor para haver construção na Batalha.» -----

Respondendo ao senhor deputado Alfredo de Matos, confirmou que as áreas do PDM são aquelas que são: «se virem aí no mapa, aquilo que lá está diz que a área que aumentou para urbano é sensivelmente a mesma que a do domínio rustico. Há uma diferença de 60 hectares, não sei qual a justificação, o que efetivamente nós temos é uma diferença de 60 hectares; não é relevante para aquilo que estamos aqui a falar, por isso esta situação que foi garantida no âmbito desta proposta de alterações do PDM e que convém sinalizar que tivemos algum apoio institucional de algumas entidades que perceberam nitidamente, porque o desafio foi feito aqui à Batalha, de forma anónima, de quantas casas conseguiam aglomerar e, na verdade, acreditaram que efetivamente não há casas na Batalha. A reconstrução está estagnada praticamente há uns anos e, portanto, o que está aqui é aquilo que realmente é de solo urbano e 342,5 hectares e aquilo que diminui são 336,4 hectares, portanto ganhos houve! Não foram também aqueles que gostaríamos, muitas situações são indignas, porque as pessoas estão no seu direito para puderem dispor dos seus terrenos e foram manietados e, por isso, nós queremos que este seja o primeiro passo e assim se concluir este processo. Vamos centralizar já um processo de revisão, onde vamos ter mais um ano para trabalhar, porque o novo PDM só pode entrar em vigor em 2025, que é para fazermos 10 anos depois com a entrada em vigor do último PDM e portanto temos aqui espaço para chegar com mais possibilidade às possíveis alterações, porque isto também vai ter em conta o comportamento que possa haver em relação a proprietários que tiveram problemas onde é possível construir, porque na verdade, devia haver uma norma que não é possível lá pôr: era que devia ser dado um prazo de "X" anos para construir e quem não construísse perdia o direito à construção. Mas isso não é possível. De que vale ao concelho da Batalha no seu todo ter terrenos para construção se os proprietários pura e simplesmente não querem construir? Não faz sentido nenhum. Devia haver uma norma: quem não pode construir no prazo de "X" anos caduca, passa para outro, mas não é possível. Continuou: Eu diria que esta proposta, que tem em vista o futuro do concelho da Batalha, e o futuro pode ser de qualquer um de nós e, portanto, se sobram aqui hectares, aquilo que é essencial é tentar resolver alguns obstáculos e tentar possibilitar as áreas de habitação e mais empresas na Batalha. Essa avaliação de proposta devia ser assumida por todos. Não estamos preocupados em saber de quem é o terreno ou deixa de ser. Alguém já falou aí em suspeições, que se terão que tratar noutra patamar. Na verdade, o que nós queremos é se há terrenos com condições temos de os aproveitar. (...) Não há aqui bandeiras a agitar sobre aquilo que conseguimos ou não conseguimos. O que está aqui em causa é o interesse do Concelho da Batalha. Esperamos aqui compreensão de alguns perante aquilo que foi um trabalho, um trabalho duro nas reuniões com as diversas entidades; foi um processo de um ano e não conseguimos tudo aquilo que queríamos, nem vamos conseguir, mas ainda há condições para melhorar o Concelho nalgumas vertentes, porque isto também está sujeito depois ao comportamento e às consequências da evolução do próprio Concelho. Informou: Falou-se aqui em ensino superior. Vamos começar ainda este ano um protocolo, na sequência da residência de estudantes, com cursos TESP de nível superior.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 16 de 24

Estão mais dois a ser pensados, um de cerâmica fina e outro eventualmente na área de auxiliares de enfermagem, ou seja, são cursos de carácter profissional, com credenciação superior, para muitos que não têm tempo ou capacidade de tirar licenciatura. Portanto, estamos a fazer o nosso caminho em prol da Batalha. Não é nada de novo. Estamos a trabalhar com o Politécnico de Leiria para que isso seja concretizado. O primeiro curso que vai avançar é de gerontologia, para adequar pessoal para dar apoio aos Lares e ter maior capacitação e temos uma parceria com o IEFEP e com o Politécnico- Escola Superior de Saúde para que realmente isso possa ser concretizado.»-----

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Deputado **Eduardo Veiga** para interpelar a Mesa da Assembleia, a fim de obter esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara, acerca da sua pergunta sobre o parecer de discordância da Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG, sobre o teor do artigo 104-A e qual o efeito especial prático disso. -----

Relativamente a esta questão, o Senhor **Presidente da Câmara** informou, que a DGEG levantou o problema, referindo que não estava correto, sem, contudo, dar a respetiva justificação. A solução foi obtida em conjunto com as outras entidades, conseguindo-se assim, realizar as alterações ao PDM. O que está previsto no documento em apreço, foi o que se pode fazer; precisamos agora da publicação do regulamento para a eficácia do mesmo. ---- -----

Usou de seguida a palavra, o senhor deputado Municipal **Frederico Alfaro** que após cumprimentar todos os presentes, interpolou o senhor Presidente da Câmara, com o seguinte: «*Comungo da opinião e preocupação que temos e que o Executivo tem, com a falta de habitação e sim, precisamos de habitação com força, porque estamos a perder indústrias, como disse, mas fiquei ou ficamos todos perplexos, quando à partida afirma que não vai utilizar o PRR para a construção de habitação a preços moderados. Não é bairro social, é preços sociais, para arrendamento jovem com fixação a 5 anos onde grande parte dos Concelhos deste País estão a utilizar este Instrumento. Mais uma vez, estão os outros todos mal e nós é que estamos bem? Compreendo o facto de que depois, é preciso o canalizador e o electricista. A mim, e se calhar a outros, não choca a Câmara ter que despende ou ter que contratar ou criar uma equipa multidisciplinar para dar esse apoio. Agora choca-nos é não aproveitarmos um incentivo destes, não criarmos o que os outros estão a criar e ao mesmo tempo estarmos a perder as indústrias, como disse ao conversarem consigo, que as indústrias que estavam para se instalar no nosso concelho e não havendo habitação deitaram por terra esse investimento. Isso preocupa-me e deve preocupar a todos.*»-----

De seguida, retomou a palavra o senhor deputado Municipal **Francisco Coutinho**, referindo que apesar de corroborar de certa forma com as afirmações do senhor Presidente, no entanto *acha que, «há qualquer coisa aqui que está invertida, quem é que foi eleito? foi o Município, são os Autarcas e são os técnicos dos serviços que impõem condições? Eu sei que é assim, já se passou assim no meu tempo, mas para isso é preciso que os eleitos tenham força política junto até da Assembleia da Associação Nacional de Municípios para que, se faça sentir a quem tem poder de decisão, de ter alguém nestas situações que extravasam a realidade, o eleitor escolheu estes eleitos, estes eleitos não conseguem resolver os problemas porque uma série de técnicos entende que ali há uma zona*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 17 de 24

ecológica, uma reserva agrícola, mais não sei quê. Disse ainda: Há aqui um desfasamento muito grande entre o interesse político e aquilo que os técnicos sentados numa secretária querem impor aos Políticos, e aí eu chamo à atenção, porque é preciso tomar posições de outro género para que se ultrapasse. Foi o caso da Célula B, foi o caso da Célula C, que era uma zona de agricultura, que não se podia fazer nada e, no entanto, hoje em dia existem coisas. Foram-se ultrapassando as dificuldades. Agora, há outra questão que tem que ser ponderada: o que é que a Batalha quer? Quer habitação para o seu território? Mão me parece ser esse o objetivo! Quer indústrias para concorrer com a Marinha Grande e Porto de Mós? Não acredito. Portanto, ou temos um concelho com características turísticas, culturais, serviços, indústrias de ponta que possam concorrer com aquelas que existem ou que não estejam dentro da zona e habitação que possa servir para aqueles que possam vir para aqui trabalhar; mas uma indústria de ponta também não traz 100 trabalhadores. Portanto, é preciso ponderar todas estas situações, é preciso apoiar a Câmara no sentido de que junto de quem de direito se faça sentir a situação que se está hoje a viver, é que realmente isto vai ter repercussões ao longo dos tempos.» -----

Retomou a palavra o Senhor Deputado Municipal **Vítor Correia**, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, observou: "*confesso que o seu raciocínio para mim, é um bocadinho confuso, você já o disse várias vezes, em Assembleia Municipal, disse perentoriamente que a Câmara não manda nada no PDM, não é a primeira vez que eu ouvi, e o raciocínio é confuso porque você repete estas palavras: a Câmara não manda nada no PDM, mas a verdade é que fez disto bandeira eleitoral, comprometendo-se com as pessoas em melhorar o PDM, que estava mal e fazer um exercício para podermos todos construir e cada vez mais haver pessoas a viver na Batalha. A Câmara não manda nada no PDM, mas a culpa do último PDM é então do PSD e do anterior executivo. O raciocínio não colhe, uma vez mais a Câmara não manda nada no PDM, mas se conseguiu esticar o PDM para a esquerda e para a direita, e que metade das melhorias beneficiam dois ou três proprietários ali da zona da Amieira, mas a Câmara não manda nada no PDM. A Câmara não manda nada no PDM, mas conseguiu uma área de proteção gigante ao agrado dos olhos da PANAM, por isso é que este raciocínio para mim é um bocadinho esquisito. Mas eliminando esta parte, que é a parte política, vamos ao assunto que é mais sério e que verdadeiramente mais interessa: eu acho que o senhor com a sua política, de vez em quando não leva o assunto com a seriedade total. Nós estamos numa fase em Portugal em que nós estamos a pagar metade das rendas a pessoas para viverem em concelhos urbanos, como é o caso de Lisboa, Sintra, Oeiras. Nós com o único imposto, enquanto batalhenses com tanto sítio para viver na Batalha, se o concelho não consegue crescer e a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão - UOPG se encontra numa mancha agrícola e não há mais zonas urbanas para se conseguir viver, como você disse e bem, não se consegue viver na Batalha, mas os nossos impostos estão a ser usados para subsidiar metade das rendas de pessoas que vivem em centro urbanos já com uma densidade populacional elevada e isto para mim é um assunto que tem que ser levado muito à séria, exatamente como os meus deputados disseram. Neste momento, o concelho da Batalha tem uma densidade populacional igual ao de Peso da Régua e quem conhece o Peso da Régua e vou lá muitas*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 18 de 24

vezes passar férias, estamos a falar de um concelho vinhateiro em que a vinha é em socalcos, é terreno agrícola e estamos a falar de Trás-os-Montes e isto não exequível, não é válido para um concelho Centro Litoral que devia já estar desenvolvido, devia estar em crescimento. Temos todas as condições para o fazer, temos vias de comunicação, temos uma proximidade com Leiria, com Lisboa, temos meio caminho entre Lisboa e Porto, etc. Enquanto isto não for levado a sério, enquanto o concelho não conseguir crescer, nós realmente não vamos a lado nenhum e nós pagamos 40.000€ ao seu consultor que está ali, que muito pedagogicamente nos veio falar, mas a sua apresentação de quase uma hora resume-se a isto: que é, “não se pode, a Câmara não manda no PDM, não há nada a fazer, não há sitio para viver na Batalha” e perdoe-me a expressão, parece que a conclusão toda desta apresentação, é apenas que a Batalha serve para “plantar nabos”, mas nada disso! nós não precisamos disso, precisamos é de conseguir construir, nós precisamos é de conseguir habitar, nós precisamos de indústria, nós precisamos de universidades alargadas, nós precisamos de concorrer saudavelmente com os concelhos vizinhos. Está tudo a ir para Porto de Mós, está tudo a ir para Leiria, nós cada vez mais estamos mais isolados dos outros concelhos e permita-me uma coisa, eu tenho que o responsabilizar: você acha que a Câmara não manda nada no PDM, a Câmara só manda quando as coisas correm bem. Quando correm mal a Câmara não manda e a culpa é dos outros. Mas o senhor tem décadas de experiência em reabilitação urbana, em urbanismo, você fez coisas espetaculares em Leiria, ninguém queria viver em Leiria antes de si e neste momento é uma cidade que está reabilitada, você conseguiu atrair montes de gente para lá. Consegue-se construir, consegue-se licenciar, mas depois as suas conclusões na Batalha, é estranho. Em Leiria funcionou o seu trabalho, na Batalha parece que não funciona, porque você continua a dizer que a Batalha está estagnada e não vai continuar a evoluir e é verdade e digo-lhe, a partir do seu mandato de 2021 tem razão sim senhor, não vai continuar a evoluir e vai continuar a estagnar até ao final do seu mandato. Eu não sei se isto é uma estratégia, deduzo que vá dizer que está tudo mal até ao início do segundo, mas não está correto, eu gostava que o que você fez em Leiria durante os seus mandatos, que o fizesse também na Batalha e não tem desculpa nenhuma para o não fazer.» -----

Seguidamente, usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Alfredo de Matos**, para referir: “ouço aqui com frequência que na Batalha não há casas, na Batalha não há onde viver, é uma realidade, pode não haver casas em grande fartura hoje. Há meia dúzia de anos nem havia técnicos, não havia quem quisesse construir, quem quisesse comprar, nem quem quisesse arrendar. Com o aparecimento de outras comunidades, esgotaram as casas disponíveis e, portanto, hoje em dia não há casas, é uma verdade. Vamos fazer casas, eu sou uma das pessoas que estou disposto a fazê-las, estou a fazê-las no concelho de Leiria, também as faria no Concelho da Batalha. Agora, há uma coisa que a Câmara também tem que entender: a Câmara tem que ser a primeira a dar o exemplo, a facilitar para que as pessoas possam fazer, a não dificultar a vida a quem quer fazer. Eu não estou a construir na Batalha porque a Câmara não quer. Se a Câmara quisesse ser mais célere nas decisões, eu não digo simplificar, bastava não complicar e as coisas andavam mais rápido, não é admissível. Antes queixávamo-nos que os projetos na Batalha demoravam muito tempo, andavam muito devagar e

com toda a razão, sou o primeiro a falar isso, mas hoje as coisas não estão melhores. Senhor Presidente, eu pessoalmente, apresentei um projeto de doze apartamentos para arrendar, levou um ano para me darem uma resposta com tendência para o indeferimento. Não pode ser! Eu tenho 66 anos, o que me vai faltar é tempo, eu não posso estar um ano à espera para me dizerem uma coisa destas! Não vou estar à espera de não sei mais quantos anos para ter uma solução, temos que ser mais rápidos nas soluções. Na Jardoeira andamos a fazer uma alteração a um loteamento que foi iniciado há mais de dez anos e foi aprovado pelo ex-Presidente da Câmara, senhor António Lucas, que fez um edital com essa alteração, vindo os outros Presidentes de Câmara a seguir, nomeadamente o senhor Paulo Batista e o atual Presidente da Câmara, senhor Raul Castro, que não aceitam aquela alteração e querem fazer outra, mas também não encontram uma solução para que se faça. Há cinquenta apartamentos que se podiam fazer e só não se fazem porque a Câmara complica e a Câmara não nos arranja solução. Só nos dizem falta um documento, aí o senhor Presidente pode mandar, não tenho dúvidas. Tem dificuldade em influenciar esses organismos todos que mandam no PDM, mas na Batalha dentro da Câmara, o senhor terá alguma facilidade em influenciar os Departamentos Técnicos para que as coisas sejam mais rápidas. Ninguém quer ultrapassar a Lei, mas podemos acolher as coisas. Eu não entendo. Aconteceu que em Leiria teve um loteamento para aprovar, que esteve oito anos na Câmara, para ser aprovado e foi aprovado exatamente como foi proposto, por coincidência, já foi paga a licença na presença do senhor então, Presidente de Câmara Sr. Raul Castro, mas levou oito anos. Isto é impensável. As coisas não podem evoluir, não podem andar, quando fazemos desta maneira e não houve alteração nenhuma do princípio até ao final do processo, foi só paragem! Paragem! Paragem! Depois há falta de casas, pois tem que haver! a Câmara tem condições para ajudar a que as coisas se façam, como estou a dizer, na Jardoeira podiam estar cinquenta apartamentos em construção, na Amieira podiam estar mais doze e assim sucessivamente. A Câmara também tem que se comprometer em apoiar as pessoas que o querem fazer e motivá-las para fazerem mais. Com estas dificuldades o que acontece é fazer desanimar e não quererem fazer.” -----

Findas as intervenções supracitadas, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para que este usasse do seu direito de resposta, passando-se a citar: --
«Ao Deputado Frederico Alfaro, a estratégia local que referi, estivemos a conversar com o IRU, por causa dos financiamentos e ver quais são as linhas que nós vamos traçar, queria dar aqui conhecimento de uma situação, a pessoa não é de cá e recebemos esta semana um mail na Câmara e depois cada um tira as suas conclusões “atendendo que decorre a candidatura 1º Direito - Programa de Apoio de Acesso à Habitação, no âmbito do disposto no artigo 59º do Decreto-Lei 37/2018 de 4 de julho, na sua redação atual, determina o seguinte: -----

«Artigo 59.º-----

Pedidos de apoio -----

1 - As pessoas singulares, isoladamente ou enquanto titulares de um agregado, e as entidades a que se referem as alíneas c), d) e e) do artigo 26.º que pretendam candidatar-se a apoio para soluções



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 24

habitação ao abrigo do 1.º Direito devem entregar os seus pedidos junto do município competente.-----

2 - No que respeita aos pedidos a que se refere o número anterior, o município, considerando o enquadramento dos mesmos no âmbito da estratégia por ele definida para o seu território, pode optar por:-----

- a) Atribuir uma habitação municipal;-----
- b) Incluir o pedido no âmbito de uma candidatura própria do município à promoção de uma solução habitacional ao abrigo do 1.º Direito; ou -----
- c) Considerar o pedido como candidatura individualizada.-----

3 - Os pedidos de apoio nos casos referidos nos artigos 11.º e 12.º devem incluir informação do município quanto às especificidades do projeto que, sendo relativas a características específicas de reabilitação das frações ou dos prédios e ou da respetiva organização espacial, implicam a sua aceitação quanto às propostas de manutenção do existente e de demolições ou ampliações previstas.

4 - Quando a Estratégia Local de Habitação (ELH) preveja soluções habitacionais para pessoas e agregados habitacionais através de financiamento concedido diretamente aos mesmos, o município, no prazo máximo de 90 dias a contar da notificação do IHRU, I. P., de aprovação da concordância da sua ELH, deve enviar uma comunicação a essas pessoas e agregados a informá-los dessa aprovação e da sua condição de beneficiários diretos, dando conhecimento ao IHRU, I. P., aquando da conclusão do envio da totalidade das comunicações. -----

5 - As pessoas e os agregados dispõem de um prazo de 18 meses, a contar da receção da comunicação a que se refere o número anterior, para apresentar junto do município ou diretamente ao IHRU, I. P., a sua candidatura para acesso a uma solução habitacional adequada, devendo a informação relativa a esta faculdade e ao respetivo prazo constar da referida comunicação. -----

6 - Nos casos em que as candidaturas de beneficiários lhe sejam apresentadas diretamente, o IHRU, I. P., deve dar conhecimento desse facto ao município competente, dispondo este de um prazo de 30 dias para emitir parecer, considerando-se que o parecer é favorável se nada disser dentro do prazo. --

7 - As candidaturas a que se refere o número anterior são instruídas, com apoio técnico do município ou do IHRU, I. P., consoante for o caso, na área própria do município na plataforma eletrónica do 1.º Direito e avaliadas pelo IHRU, I. P., nos termos do artigo 63.º.-----

8 - As candidaturas apresentadas diretamente ao IHRU, I. P., que sejam por este aprovadas e registadas na plataforma eletrónica do 1.º Direito, são consideradas, para todos os efeitos, apoiadas ao abrigo deste programa como uma solução habitacional promovida no âmbito da ELH do correspondente município.-----

9 - Os agregados que não apresentem candidatura dentro do prazo de 18 meses referido no n.º 5 não perdem o direito a fazê-lo sempre que o município confirme que a instrução da candidatura está em curso.»-----

Esta pessoa que faz este mail, não é de cá, não reside cá, isto é um exemplo do que se vive por aí e está a acontecer. Há muita gente que quando chega ao nosso País a primeira coisa que faz é saber

quais são os direitos a que têm direito, este é um caso deles. A pessoa já sabe que a Lei está neste contexto, está à espera que a Câmara construa uma habitação para lhe entregar e por tanto isto qualquer dia já ninguém se vai entender. Portanto temos que olhar para as coisas como deve ser, temos que “mastigá-las”, ponderar bem, ver exemplos que já foram conseguidos noutros concelhos, para perceber. Isto tem três hipóteses: podem se candidatar para a recuperação ou reabilitação de casas degradadas, podem candidatar-se a construção a custos controlados por aquisição ou por arrendamento, mas sinceramente os exemplos que nós conhecemos, infelizmente se calhar não são os mais adequados para se puder desenvolver o concelho e portanto temos que ponderar tudo isto que aparece, porque as pessoas pensam que só tem direitos e não há capacidade de resposta, porque basta fazer a um, para se ter que fazer a todos os outros.

Ao Deputado Vítor Correia, muito obrigado, mas dispenso essa fotografia, para dizer que em Leiria pelo menos para se fazer alguma coisa os primeiros dois anos foram perdidos, aqui ainda faltam 85 dias para fazer dois anos e algumas coisas já se conseguiram fazer. O Concelho também é mais pequeno que o de Leiria, mas lá tivemos as mesmas dificuldades que há aqui, tivemos os mesmos dilemas e as mesmas questões que aqui aconteceram. Também tivemos em Leiria, muita gente em sítios bem posicionados e só se ouvia dizer “não”. Depois com o tempo, que é isso que a gente não tem às vezes, pouco a pouco vai-se conseguindo. Portanto, eu espero que essa sua opinião de que nada estar a ser feito, daqui a algum tempo possa também, no mesmo tom com que veio aqui dizer que na Batalha não está a correr bem, possa inverter essa sua opinião.

Senhor Deputado Alfredo de Matos, eu não quero trazer para aqui casos individuais, não é essa a questão. É preciso que se conheça que há situações que às vezes não são ultrapassadas, porque quando há, por exemplo, um conjunto de proprietários com um espaço que é possível e querem construir apartamentos, mas, entretanto, querem fazer uma alteração ao uso de uma parte do edificado (...) é preciso que estejam todos de acordo para fazer essa alteração. Agora já há condições porque já está toda a gente de acordo e, portanto, o mais normal é que dentro de dias tenham já esse processo despachado. No mesmo sentido, uma outra situação também, onde um loteamento aqui praticamente dentro da Batalha, que há anos está parado, as infraestruturas vieram outra vez à Câmara. Elas estão completamente destruídas e, portanto, agora põe-se a questão de saber de quem é a responsabilidade. Tem que ser do proprietário dos lotes. É assim que se põe o problema e é por aí que a temos que ir, porque também quem lá andou, investiu e tem os seus direitos e, portanto, é preciso que quem tem a maioria do terreno ultrapasse essas questões. Ultrapassando essas questões, como vai ser a Câmara que não pode permitir o uso dessas infraestruturas porque elas desapareceram e, portanto, não é a Câmara que vai assumir essa responsabilidade. Se o tivesse sido entregue à Câmara, naturalmente era a Câmara que tinha que responder. A Câmara está a fazer o esforço, acreditem nisso, para responder a todos os processos que temos. Não quero trazer números que já foram aqui trazidos com o saldo de processos que havia, muitos deles parados há muito tempo mesmo, mas a verdade é que estamos a tentar recuperar. Pensem com alguma tolerância e dentro de algum tempo as coisas poderão estar melhores que hoje e é nesse contexto que a temos que



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 22 de 24

trabalhar. Estamos disponíveis para acolher sugestões e críticas, desde que fundamentadas ou esperar para que se consiga dar resposta também àquilo que não foi possível fazer até agora, porque hoje em dia é difícil ser autarca. (...). Nós temos que ter alguma cautela e se me permitem, alguma experiência, para pôr travão nas coisas, para dizer, “calma que não se pode ir por aí”, temos que ir por aquele lado, que é para evitar problemas mais à frente e, portanto, fico à espera de porta aberta. Alguns deputados às vezes aparecem para falar, para se esclarecerem e continuamos nesse contexto, estamos disponíveis para responder e receber as pessoas, sejam autarcas ou não sejam. É evidente que tem que haver alguma regra, nomeadamente aqueles que não tem funções autarcas, porque não podemos estar a receber toda a gente. Gostava que ficassem com este sentido, com este entendimento que é assim que estamos a trabalhar e é assim que vamos continuar a fazer.»-----

*Usou da palavra, o senhor deputado Municipal **António Carlos Jordão**, que após dirigir cumprimentos a todos os presentes, afirmou que seria bom que a Câmara agilizasse os processos de licenciamento das novas eventuais habitações, de modo a evitar que as pessoas “desistam de viver no concelho; mais rapidez nos licenciamentos e abrir mais mecanismos para aprovar. O senhor Presidente sabe que eu sei, que há um Batalhense que quer construir e a Câmara não lhe dá soluções. Prosseguindo, informou que, “li algures que a Câmara iria fazer um protocolo com as Escolas de Leiria para levar a cabo cursos técnicos em regime noturno. Mas o mesmo artigo falava em troca da Casa da Obra? então se são cursos noturnos?”-----*

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que em relação à residência de estudantes era quase obrigatório a outorga de um protocolo a contemplar contrapartidas a favor do Município. “O Município não pode gastar aquele dinheiro sem ter contrapartidas. Não queremos receber dinheiro, como é obvio, as contrapartidas são aquelas que estão em cima da mesa, nomeadamente os cursos Técnicos Superiores Profissionais (TESP), vocacionados para a formação de quadros altamente qualificados em áreas deficitárias nesta região que possam suscitar o interesse de empresários no nosso Concelho, nomeadamente, o apoio técnico, científico e pedagógico do ensino superior na dinamização de projetos “coworking”, nomeadamente a integração de jovens em programas de ERASMUS, em contexto de trabalho no setor empresarial local. Isso está praticamente assente e serão as contrapartidas de uso no espaço e era essencial para nós podermos validar a ocupação da residência pelo Politécnico. Os alunos, não se sabe ainda de que países é que são, é preciso também formação no concelho da Batalha. Esta semana, estive num evento numa fábrica de cerâmica em que o próprio empresário dava conta de que há gente para trabalhar, mas que não sabem nada daquilo que é a produção e que perde muito tempo a explicar e a ensiná-los o que redundava em algum prejuízo para as próprias empresas. O curso de Cerâmica Fina que será ministrado pela Escola Superior das Caldas da Rainha está pronto para avançar, eventualmente no próximo ano, aqui com a vertente de que os próprios alunos terão aulas teóricas e as aulas práticas serão nas empresas com acompanhamento de uma espécie de tutores do próprio Politécnico, professores que vão às empresas para acompanhar a formação desses alunos. Por conseguinte, é nesse sentido que nós podemos evoluir também, agora depende do número de alunos para frequentar os cursos, depende de um



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 23 de 24

conjunto de situações e também olhar para o futuro e se eventualmente isto se desenvolver, também temos que pensar noutra espaço, que poderá ser bom para o Concelho, ter a garantia que há gente que pode vir aqui frequentar um curso que aqui na região mais ninguém o tem. Não vale a pena estar a investir em cursos que os outros também têm, que não resolve nada, é nesse sentido que estamos a colaborar com o Instituto Politécnico de Leiria.”-----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor, 1 (um) voto contra e 9 (nove) abstenções, aprovar a 2ª Alteração à 1ª revisão do PDM da Batalha, nos termos do disposto na n.º 1 do artigo 90.º do RJGT, em articulação com o preceituado na al. h) do nº 1 do art.º 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, de acordo com os considerandos enunciados na deliberação n.º 2023/0314/D.O.T. – STPSIG.-----

Abstiveram-se os senhores deputados municipais, Alfredo de Matos, Carlos Santos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Vítor Correia, Fernando Marques, Frederico Alfaro e Marco Vieira, do PPD/PSD, o senhor deputado Eduardo Veiga, do Chega.-----

Votou contra o senhor deputado Francisco Coutinho do CDS/PP.-----

Sobre a presente deliberação, não foram emitidas quaisquer declarações de voto.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

Antes de terminar esta sessão o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação dos senhores Deputados a aprovação da deliberação em minuta, dispensando a sua leitura, para que a mesma possa ter execução imediata, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar a mesma.-----
De seguida, agradeceu em nome da Mesa a participação de todos, nesta Assembleia.-----

----- ENCERRAMENTO -----

Eram vinte e três horas, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo.-----

Batalha 26-07-2023-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 24 de 24

OS MEMBROS DA MESA:

(Joaquim José Pereira Ruivo)

Presidente

(Lina Isabel dos Santos Oliveira)

1º Secretário

(Germano Santos Pragosa)

2º Secretário

**

(Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes)

Técnica Superior